



**Mensagem apresentada pelo
Excelentíssimo Senhor Governador,
Doutor Paulo Ganem Souto, à
Assembléia Legislativa do Estado,
na abertura da 2ª Sessão Legislativa
da 15ª Legislatura, em 16 de
fevereiro de 2004.**

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

E com renovada satisfação que compareço a esta nobre Assembléia Legislativa, para cumprir um preceito constitucional e prestar contas aos baianos das atividades desenvolvidas pelo Governo da Bahia no exercício de 2003. Buscarei expor ao povo da minha terra, através dos seus legítimos representantes, os principais aspectos da trajetória percorrida pelo Estado, sua evolução econômica, social, organizacional e administrativa, bem como os resultados das estratégias adotadas e das prioridades definidas neste primeiro ano de Governo.

Estou absolutamente convencido que, sem nos descuidarmos do presente, o nosso trabalho cria as bases indispensáveis para um futuro ainda mais radiante para o nosso Estado e o nosso povo. Consciente de minhas responsabilidades, exerço pela segunda vez o honroso mandato de Governador, ao qual fui conduzido pela vontade democrática da maioria dos baianos, para dar prosseguimento ao grande processo de transformação estrutural do Estado, iniciado nos anos 90, e para o qual, com a graça de Deus, tenho podido dar minha contribuição.

Neste primeiro ano, o meu governo caminhou sempre na direção desse objetivo. A ele dedicamos – eu e toda a minha equipe de trabalho – o melhor dos nossos esforços e nossas energias, buscando construir, dentro de uma visão de futuro, uma Bahia moderna, dinâmica, renovada, com um roteiro claro de desenvolvimento e inclusão socioeconômica. Isso é o que temos perseguido de forma incansável e continuaremos perseguindo ao longo de todo este mandato que o povo baiano nos confiou.

Devo dizer que foi um período de extrema dificuldade não apenas para a Bahia, mas para todos os estados brasileiros, em função, principalmente, das

restrições orçamentárias impostas pelo esforço de consolidação da estabilidade econômica do país. Foi um ano em que, a despeito de avanços nos indicadores macroeconômicos, especialmente os relacionados com a área fiscal e o comércio internacional, a economia brasileira permaneceu praticamente estagnada, com reflexos na arrecadação e nos níveis de emprego.

Os estados brasileiros, todos eles, pagaram um preço alto por essa situação, mas, apesar de todas as dificuldades, a Bahia viu sua economia crescer 4% em 2003, ultrapassando a sua própria média de crescimento nos últimos dez anos e dando seqüência a um processo contínuo de expansão econômica que se estabeleceu desde o início da década de 90. Isso permitiu ao Estado ampliar sua participação na composição do PIB brasileiro, de 4,5% em 2002 para 5% em 2003, evidenciando o acerto na definição e na condução de sua política de desenvolvimento, que caminhou na contramão da conjuntura recessiva que marcou a atividade econômica do país.

Para tornar possível esse desempenho, temos aplicado uma consistente estratégia de atração de novos investimentos, que já tinha tido oportunidade de adotar quando do meu primeiro governo, cujos resultados estão à vista de todos. A indústria de transformação, por exemplo, apresentou crescimento de 10,4% no último exercício, impulsionado por novos empreendimentos nas mais diversas áreas, com destaque para os segmentos automobilístico, químico e de papel e celulose.

Do mesmo modo, tivemos um crescimento significativo do setor agropecuário, com o incremento de 4,5% em relação a 2002, graças a uma safra recorde de 3,8 milhões de toneladas de grãos, ao bom desempenho da pecuária e à recuperação das lavouras tradicionais. O setor de serviços também contribuiu decisivamente para o crescimento da economia baiana no último exercício, tendo registrado uma expansão de 2,5%, especialmente com os resultados verificados nas atividades relacionadas ao turismo.

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged –, espelham de forma contundente a eficácia de nossa política de atração de empresas. Em 2003, o emprego formal na Bahia cresceu 2,89%, superando a Região Nordeste, com crescimento de 2,54%, bem como capitais do porte de São Paulo e Recife, com taxas de aumento da ocupação de 2,34% e 2,52%, respectivamente. O maior beneficiado com a geração de novos postos de trabalho é o interior do Estado, que dos 26.502 novos empregos de 2003, abarcou 20.756, ou seja, 78,3%, com um incremento percentual de 4,9% em relação a 2002.

Estou certo de que o desempenho positivo da economia baiana, superando e transcendendo uma conjuntura nacional adversa, traduz as transformações estruturais que vêm sendo empreendidas no sentido de ampliar a base produtiva do Estado, refletindo a maturação de investimentos que tivemos a competência de atrair para a Bahia nos últimos anos.

Naturalmente que também sentimos as consequências da realidade nacional difícil, especialmente nos segmentos mais sujeitos aos efeitos das restrições

fiscais e monetárias, como o comércio e a construção civil, que registraram uma variação negativa, em relação ao ano anterior, de 2,5% e 5,5%, respectivamente.

Não obstante a queda de arrecadação, decorrente do desempenho pouco expressivo da economia nacional, o Estado da Bahia chega ao final de 2003 tendo honrado todos os seus compromissos, com destaque para o pagamento antecipado dos vencimentos de dezembro e do décimo terceiro salário dos seus servidores. Foram atendidos todos os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal, com o rigoroso cumprimento das metas estabelecidas, inclusive com relação ao pagamento do serviço da dívida de longo prazo.

A Bahia continua primando pelo equilíbrio nas suas contas públicas e os números a esse respeito não deixam margem a dúvidas. Registramos superávit primário de R\$ 461 milhões. A relação entre a despesa de pessoal e a Receita Corrente Líquida foi de 51%, inferior ao limite prudencial de 57%. Além disso, a dívida consolidada equivale a apenas 1,65 vez a Receita Corrente Líquida, bem abaixo do limite fixado pelo Senado Federal. A seriedade com que trabalhamos nessa área tem contribuído para ampliar a credibilidade do Estado junto a instituições nacionais e internacionais de fomento, o que resulta em maior capacidade de obter recursos para o financiamento dos programas estratégicos de governo.

Hoje, a Bahia tem uma carteira de financiamentos externos da ordem de US\$ 1,7 bilhão, distribuídos em 12 programas destinados a áreas essenciais, como educação, saúde, combate à pobreza, desenvolvimento urbano e recursos hídricos, entre outras, abrangendo recursos de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Trata-se de parcerias fundamentais para o Estado e que representam uma política à qual temos dado continuidade. Em 2003, assinamos com o Banco Mundial, em Washington, um contrato de US\$ 50 milhões para o Projeto Saúde Bahia, voltado para promover a descentralização do sistema, expandindo o acesso da população aos serviços de saúde. Viabilizamos, também, junto ao Banco Mundial, recursos de US\$ 100 milhões, com o objetivo de aprimorar a gestão educacional e melhorar a qualidade do ensino fundamental, através da implementação da Fase II do Projeto de Educação do estado da Bahia.

Como reconhecimento por sua seriedade na implementação dos programas financiados pela instituição, sobretudo aqueles de combate à pobreza, fomos o Estado escolhido pelo Banco Mundial para representar o Brasil na Conferência de Shangai em maio de 2004, um encontro mundial para debater as metas do milênio definidas pelos estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2002.

No que concerne à carteira de financiamentos internos, por outro lado, o Governo da Bahia iniciou negociações para financiamentos de R\$ 230 milhões da Caixa Econômica Federal, para a execução dos programas Pró-Moradia e Pró-Sanear, voltados para as áreas habitacionais e de saneamento básico.

Esse esforço para ampliação das fontes de financiamento, associado a um modelo de gestão que privilegia os princípios da competência e da seriedade

administrativa, criou um ambiente propício ao desenvolvimento e nos permite estabelecer novos objetivos e ambicionar transformações ainda mais significativas para o Estado, baseadas na formulação de propostas consistentes de desenvolvimento econômico e social.

Temos trabalhado decididamente no sentido de modernizar e conferir maior dinamismo e racionalidade à administração pública na Bahia. Assim, criamos Secretarias específicas para atender às demandas de áreas estratégicas como desenvolvimento urbano, meio ambiente, recursos hídricos e ciência e tecnologia, todas de indiscutível repercussão no tecido econômico-social do Estado.

Tenho a convicção de que governar é intervir no presente, com o olhar voltado para o futuro. Nesse sentido, o planejamento é a ferramenta indispensável do governante que confere efetividade à ação de governo. A Bahia não tem negligenciado essa área e é isso que nos tem possibilitado crescer de forma constante nos últimos 13 anos.

Assim, elaboramos e apresentamos à sociedade, em agosto de 2003, o “Plano Estratégico Bahia 2020 – O Futuro a Gente Faz”, peça de planejamento com horizonte de longo prazo, que traça metas objetivas para a construção de uma Bahia socialmente justa e coesa, ambientalmente limpa, espacialmente integrada e economicamente diversificada e competitiva. Trata-se da visão de futuro norteando a definição das estratégias e linhas de intervenção pública.

Foi com base nesse documento que elaboramos o Plano Plurianual do Governo para o período 2004-2007, discutido e aprovado nesta Casa, que estabelece um roteiro de ações para os próximos quatro anos e prevê um montante de investimentos da ordem de R\$ 26,2 bilhões, com R\$ 13,9 bilhões de recursos orçamentários e R\$ 12,3 bilhões de recursos extra-orçamentários, distribuídos em 17 linhas de intervenção e 37 programas. O aspecto que me parece importante destacar é que o Plano destina 52,9% dos recursos orçamentários para a área social, atestando o compromisso do meu governo com o desenvolvimento humano.

Senhores Deputados,

A despeito das transformações e avanços observados nos últimos anos, a Bahia ainda apresenta desigualdades sociais e desequilíbrios entre suas regiões. O combate a esse quadro constitui prioridade absoluta do meu governo, cujos principais esforços destinam-se a buscar o pleno atendimento a todos os cidadãos, de todas as regiões do Estado, nas áreas de educação, saúde, segurança, habitação, saneamento e justiça.

Exercemos essa prioridade de forma plena ao longo do exercício de 2003, implementando políticas públicas voltadas para promover a inserção social e garantir a justa distribuição dos frutos do desenvolvimento econômico. Evidentemente que ainda temos um longo caminho a percorrer nessa direção, mas já podemos registrar importantes resultados das estratégias até aqui

implementadas, através da evolução de diversos indicadores. É o caso da taxa de mortalidade infantil que declinou, entre 1995 e 2001, de 61,1 para 41 por mil nascidos vivos, bem como da taxa de analfabetismo total, que era de 32,6%, em 1990, e caiu para 19,8%, em 2003, reduzindo-se de 30,8% para 7,6% na faixa etária de 10 a 14 anos.

A intensificação dos processos de matrícula escolar e de reorganização da rede pública de ensino tem constituído objeto de atenção específica da Secretaria de Educação. Para tanto, o Estado investiu fortemente na expansão da rede física, tendo aplicado R\$ 66 milhões em obras de construção, ampliação e recuperação de 1.120 salas em unidades escolares da rede básica de ensino, beneficiando 134 mil alunos. Merece destaque, também, a construção de cinco novas unidades do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, nos municípios de Canavieiras, Senhor do Bonfim, Gandú, Itamaraju e Jacobina.

O programa de municipalização do ensino fundamental avançou com a adesão de 57 municípios baianos, tendo sido municipalizadas 199 unidades escolares, responsáveis pelo atendimento de cerca de 59 mil alunos. Outras 88 escolas estão em processo de municipalização em 25 municípios.

O desafio que hoje se impõe na área educacional é promover uma efetiva melhoria da qualidade do ensino. Com esse propósito, temos implementado ações de grande envergadura, entre as quais destaco o Projeto Bahia, voltado para a melhoria do ensino fundamental e do ensino médio, bem como para o fortalecimento da gestão escolar. Com um investimento previsto de US\$ 100 milhões, o projeto teve sua segunda fase iniciada no último exercício e tem metas ambiciosas até 2006, como o aumento da taxa de matrícula no ensino médio em 14 pontos percentuais, o aumento das taxas de aprovação no ensino médio e fundamental entre 11 e 15 pontos percentuais e o incremento em 5% da taxa de proficiência em português e matemática, também no ensino médio e fundamental.

Dentre as ações voltadas para a melhoria de ensino damos prosseguimento, em 2003, ao programa de Regularização do Fluxo Escolar, uma das nossas bem sucedidas estratégias na área de educação e que visa reverter a distorção idade-série no ensino fundamental. Foram investidos R\$ 31,2 milhões nessa estratégia e implantamos 9.481 classes de aceleração, beneficiando quase 248 mil alunos da 1^a à 8^a série, além de distribuir cerca de 2,5 milhões de livros didáticos, entre outros materiais.

Ainda dentro do compromisso com a elevação da qualidade de ensino, temos trabalhado no sentido de descentralizar as ações da Secretaria da Educação, buscando instrumentalizar os gestores das escolas públicas para o exercício da autonomia pedagógica, financeira e administrativa, através de estratégias voltadas para a autogestão, a capacitação técnica e o planejamento estratégico. Essas ações materializam-se no Plano de Desenvolvimento da Escola, sendo executadas através do Programa Fundescola e do Projeto Bahia, representando, até 2003, o atendimento de 4.402 escolas em 392 municípios baianos.

A Certificação Ocupacional dos profissionais de educação também é um projeto adotado para elevar a qualidade dos serviços e fortalecer o seu compromisso com a política educacional e a formação do cidadão. O sistema de certificação se ajusta à nova Lei de Diretrizes e Bases que prevê padrões mínimos de qualificação acadêmica e de habilidades para esses profissionais. Em 2003, foram certificados 532 dirigentes escolares, cerca de 9.000 profissionais foram submetidos a exames para obtenção de certificação e 12.000 professores alfabetizadores foram inscritos para exame.

O compromisso com a educação estende-se também ao ensino superior, onde o Governo do Estado tem desenvolvido ações voltadas para a expansão da oferta de vagas, a interiorização do ensino e a criação de novos cursos. As Universidades estaduais contam com 163 cursos e quase 40 mil alunos matriculados em cursos de graduação e cerca de quatro mil em pós-graduação. Criamos 12 novos cursos em 2003, destacando-se os de Medicina na Universidade Estadual de Feira de Santana e na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no município de Vitória da Conquista, além do curso de Odontologia, no campus da UESB em Jequié.

Também no que concerne ao ensino superior, outra iniciativa importante é o Projeto Faz Universitário, que facilita o acesso de alunos da rede pública ao ensino superior, oferecendo cursos preparatórios para o ingresso nas universidades e concedendo bolsas de auxílio financeiro para os estudantes aprovados. No exercício de 2003, essa estratégia beneficiou mais de 17 mil vestibulandos em 32 municípios baianos. Executado em parceria com as universidades estaduais, o projeto concedeu 1.573 bolsas de estudos e bolsas- auxílio para universitários oriundos de escolas públicas.

Senhores Deputados,

Ao definirmos o compromisso com a busca de patamares mais elevados de desenvolvimento humano para o povo da Bahia, tínhamos em mente a necessidade de melhorar progressivamente os indicadores de saúde no nosso Estado. Não existe cidadania sem acesso a serviços públicos de saúde em quantidade e qualidade suficientes para o efetivo atendimento da população.

No âmbito da saúde pública, o ano de 2003 foi marcado por importantes realizações no que se refere aos avanços no processo de gestão, bem como na extensão e qualificação da assistência, da prevenção e dos controles.

Sedimentamos o processo de implementação do Sistema Único de Saúde, no momento em que a Secretaria Estadual de Saúde conseguiu, perante a Comissão Intergestora Tripartite, habilitar-se à gestão plena do sistema. A nova condição alcançada, com significativo esforço e determinação, investiu a Secretaria de funções estratégicas mais amplas, atribuindo-lhe responsabilidades gerenciais mais abrangentes.

O investimento das novas atribuições da SESAB, no exercício do comando do Sistema Único de Saúde, possibilitou o desenvolvimento do Plano Diretor de

Regionalização, organizando o Estado de forma hierarquizada em 7 macrorregiões de saúde, 31 microrregiões e 122 módulos assistenciais, permitindo a atenção à saúde dos cidadãos de forma plena e ordenada, com adequada distribuição de recursos. Essas ações foram concretizadas através da Programação Pactuada Integrada, que envolvem todos os municípios.

O Pacto da Atenção Básica, celebrado com os gestores municipais do Sistema Único de Saúde, ao longo do ano de 2003, constituiu-se em programas de atenção coletiva às populações, através de ações de prevenção, promoção e vigilância, além de importantes intervenções no saneamento básico, resultando na evolução positiva dos indicadores de saúde.

O Programa de Saúde da Família deu significativo salto quantitativo e qualitativo, totalizando, no ano, o expressivo número de 1.072 equipes, com incremento de 30% em relação ao verificado no ano anterior, passando a atingir 234 municípios, com um contingente de 19.539 agentes comunitários de saúde, o maior grupo da categoria no País. Todos os profissionais foram selecionados e treinados pelo Estado, capacitados, assim, a promover a atenção básica adequada em cerca de 2,9 milhões de famílias baianas.

Cabe-me fazer um registro especial sobre a questão do socorro à vida em situações de urgência e emergência, considerando-se os indicadores de mortalidade e morbidade verificados nessa área. Assim, instituímos o Plano Piloto de Atenção a Emergências que, hierarquizando as ações e regulando o transporte inter-hospitalar, pôde introduzir importantes melhorias no atendimento, pela agilidade e resolutividade. A questão da assistência na média e alta complexidade foi objeto de nossa preocupação, assim como a assistência farmacêutica, quer na atenção básica, quer em relação ao fornecimento das medicações de alto custo, para os problemas de saúde mental e as de uso contínuo, para enfermidades como diabetes e hipertensão, exigindo investimentos do Estado da ordem de R\$ 21,2 milhões.

A propósito da alta complexidade, fiz absoluta questão de que fossem priorizados os investimentos para construção, ampliação e modernização das Unidades de Terapia Intensiva nos hospitais próprios, assim como a agregação de novos leitos da rede credenciada, aumentando em 60% a oferta até então disponível.

Cabe registrar, ainda, a concretização do Programa Saúde Bahia, em parceria com o Banco Mundial, com recursos da ordem de US\$ 100 milhões e contrapartida do Tesouro do Estado, equivalente a US\$ 40 milhões, previstos para os próximos 7 anos, visando a implementação das microrregiões do Estado, a expansão da atenção básica à saúde e a condução de políticas da SESAB. Suas ações conduzirão seguramente à redução das mortalidades materna e infantil, à melhoria dos indicadores nutricionais, ao aumento do percentual de cura da tuberculose e à melhoria dos processos de detecção da hanseníase, entre outros benefícios. O contrato para a realização da primeira fase do programa foi assinado em Washington, em agosto de 2003.

Concluindo as referências à saúde, assinalo o processo da reforma psiquiátrica que, a partir do censo da população internada nos diversos manicômios,

abriu caminho para a modernização da assistência, facilitando a desinternalização, que já beneficiou cerca de 500 “transtornados” mentais. Em complementação a esse programa de atenção à saúde mental, investimos com igual determinação na atenção ambulatorial, criando, reaparelhando ou fornecendo apoio técnico a 47 centros de atenção psicossocial.

A evolução dos indicadores de saúde da população passa, necessariamente, pela melhoria das condições de saneamento básico. Os baianos são testemunhas dessa minha convicção, que levou ao lançamento do Bahia Azul, ainda em minha primeira gestão à frente do Governo do Estado. E essa área continua sendo uma prioridade no meu segundo governo, comprovada no fato de que, em 2003, investimos recursos de R\$ 271 milhões na execução de obras e elaboração de projetos de sistemas de esgotamento sanitário e abastecimento de água.

Com as ações de esgotamento sanitário realizadas em 2003, foi possível alcançar um atendimento de cerca de 1,78 milhão de habitantes, o que significa mais de 22% da população urbana do Estado. Realizamos, no exercício, obras de implantação e ampliação de 41 sistemas de abastecimento de água, das quais 22 já concluídas e 19 em andamento.

Para chegar a esses números, foram implantados, neste exercício, 713 km em redes de água e 1.017 km em redes de esgoto, possibilitando-nos chegar à marca de 2.481.000 domicílios com abastecimento de água e 562 mil com serviços de coleta e destinação final adequada dos esgotos, nos centros urbanos e em diversas localidades do Estado da Bahia, tendo sido, ainda, realizadas 99 mil novas ligações domiciliares de água e 65 mil de esgoto. Na área de destinação de resíduos sólidos, concluímos seis aterros sanitários no interior do Estado e licitamos, no exercício, a construção de outros 17 aterros simplificados.

No Programa Bahia Azul, com a conclusão das obras das bacias do Rio das Tripas e de Aratu-Macaco, o serviço de esgotamento sanitário passou a atender 62% da população de Salvador, percentual que, em 1994, antes do início do programa, era de 26%. O Bahia Azul já aplicou US\$ 600 milhões até 2003, tendo implantado 3.080 quilômetros de rede coletora de esgotos, 180 quilômetros de interceptores, 101 estações elevatórias, cerca de 381.678 ligações domiciliares e 188.880 ligações intradomiciliares. Sem dúvida, com estes resultados, estamos colocando a Bahia na vanguarda do saneamento básico no Brasil e, Salvador, entre as capitais com melhores condições de saneamento ambiental do país.

Nessa área não podemos deixar de fazer menção ao trabalho desenvolvido pela Companhia de Engenharia Rural da Bahia – Cerb –, responsável pelas ações de saneamento na área rural do Estado, que executou, em 2003, importantes obras de implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além de melhorias sanitárias domiciliares. Foram concluídos, no exercício, os sistemas de abastecimento de água dos municípios de Ribeirão do Largo, Rafael Jambeiro, Nova Soure, Paratinga e Coribe, atendendo a inúmeras localidades, além de outros 30 sistemas integrados de

abastecimento, no âmbito do Projeto Tucano, que incluíram as sedes municipais de Nordestina, Cansanção e Quijingue.

Dessa forma, voltando ao trabalho da Cerb, até o ano de 2003 foram perfurados cerca de dez mil poços, a maioria dos quais na região do semi-árido, tendo sido realizados serviços de construção e ampliação de barragens e sistemas de abastecimento de água, que levaram a mais de 300 municípios o mais precioso dos bens naquela região.

Quero abordar, também, um trabalho importante ao qual temos dado continuidade, o Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos que, desde sua implantação, já beneficiou 430 mil pessoas, em 40 municípios, levando água a quem precisa, através da construção de barragens e implantação e ampliação de sistemas de abastecimento. Em 2003, entre as obras realizadas, cabe destacar o sistema integrado de abastecimento de água de Paratinga, a conclusão do Projeto Tucano I e a viabilização das barragens de Pindobaçu e Bandeira de Melo.

Sobre essas duas barragens que citei, cumpre observar que deverão acumular 127 milhões de metros cúbicos de água, beneficiando cerca de 225 mil pessoas e permitindo irrigar mais de 20 mil hectares de terras, além de regularizarem as vazões dos rios Itapicuru Açu, em Pindobaçu, e Paraguaçu, em Bandeira de Melo. Para 2004 está previsto o início da construção da barragem de Barroca do Faleiro, em Senhor do Bonfim. Além disso, concluímos, no exercício, os projetos executivos para as barragens de Belo Campo, Lagoa da Torta, Serra Preta e Riacho de Santana.

Na área de habitação, desenvolvemos um trabalho voltado para promover a melhoria das condições de habitabilidade, bem como para a requalificação urbana. Através do PROAM, foram investidos, no exercício, recursos da ordem de R\$ 17,6 milhões na execução de 160 obras de infra-estrutura urbana, das quais 114 já concluídas. As obras de requalificação urbana incluíram pavimentação de ruas, construção de praças, ampliação e reforma de mercados populares, tendo beneficiado 34 municípios. É importante observar que, do total de recursos investidos nessas ações, 85% foi destinado ao interior do Estado.

No que diz respeito ao planejamento urbano, cumpre citar as ações do Produr na área de infra-estrutura, que mobilizaram, em 2003, recursos de R\$ 10,7 milhões na execução de obras em Salvador, Tucano, Gandu, Itapetinga, Feira de Santana, Entre Rios, Dias D' Ávila, Catu, Canavieiras e Camamu.

Na área de assistência municipal, o Produr celebrou 210 convênios, envolvendo recursos de R\$ 116,4 milhões, que permitiram atender 128 municípios com diversas ações nas áreas de desenvolvimento institucional e de infra-estrutura urbana. Metade dos municípios beneficiados pelo programa compõem o ranking dos 100 municípios baianos com menores índices de desenvolvimento humano.

O Produr apresenta também uma participação importante no Programa Viver Melhor, através de obras de recuperação de áreas provenientes de ocupação espontânea, a exemplo de Sussuarana Velha, Dique do Cabrito, Novos

Alagados II e Alagados III, em Salvador. Também em Salvador estão sendo realizadas intervenções de drenagem, contenção de encostas e pavimentação nos Bairros da Boca do Rio, Bairro da Paz, São Caetano, Massaranduba, Paripe e outros, dando solução definitiva a dezenas de áreas de risco na capital.

Cumpre ressaltar, ainda, no âmbito do Programa Viver Melhor, a realização da maior e mais complexa intervenção de regularização de áreas urbanas em palafitas do país, através de obras de infra-estrutura urbana e de habitação que atendem as regiões de Alagados, Novos Alagados, Baixa do Caranguejo e Joanes Azul, visando eliminar 2.500 palafitas, das quais 1.300 já foram removidas. Além destas, foram realizadas obras de urbanização, infra-estrutura e recuperação ambiental das margens do rio Buranhém, em Porto Seguro, onde também estão sendo retiradas palafitas através da construção de 220 casas e da recuperação de mais de 200, na localidade de Novo Triunfo.

Ainda na área habitacional, cabe destacar o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social, voltado para aumentar a oferta de habitação para famílias com renda mensal até meio salário mínimo. No ano de 2003, o programa conveniou 118 municípios baianos, distribuídos em 14 regiões, representando 1.300 casas, entre obras concluídas e em andamento.

A área da segurança pública tem sido objeto de atenção especial do Governo do Estado, por constituir um setor vital do ponto de vista da garantia da qualidade de vida do cidadão. Em 2003, criamos duas companhias especializadas: a Companhia Independente de Policiamento do Cerrado, sediada no Município de Luís Eduardo Magalhães e a Companhia de Policiamento Rodoviário, com sede em Itabuna.

Concluímos, também, o Plano Estadual de Segurança Pública, que tem como prioridade promover a modernização do setor, com políticas de humanização, qualificação e valorização dos servidores. Nesse sentido, temos buscado a parceria com o Governo Federal e com outros estados brasileiros, trocando conhecimentos e experiências na busca de aprimorar os procedimentos, melhorar as condições de trabalho e qualificar o efetivo policial, na capital e no interior do Estado.

Cabe destacar, nesse campo, a intensificação das ações do programa Polícia Cidadã, um trabalho cujo êxito pode ser aferido pela forte adesão da comunidade nas áreas onde foi implantado. No último exercício, foram criados 22 novos Conselhos Comunitários de Segurança, superando a própria meta que havíamos definido para o período. Fato importante, também, foi a criação do Departamento de Inteligência Policial, que tem se mostrado fundamental no planejamento e execução das operações, resultando em maior efetividade nas ações de repressão ao roubo de cargas, roubos e furtos de veículos e combate ao narcotráfico.

Significativo, também, foi o esforço desenvolvido pelo Governo do Estado na formação e capacitação de profissionais de segurança, tendo aplicado, no exercício, recursos de R\$ 2,38 milhões na qualificação de todo o efetivo policial

da capital e do interior, com destaque para as estratégias de formação para as atividades de policiamento comunitário.

Investimos também na ampliação dos quadros operacionais da área de segurança pública. Através da realização de concurso público, ingressaram na Polícia Militar 2.712 novos soldados e 124 novos oficiais. Já a Polícia Civil admitiu 200 delegados, 200 escrivãos e 400 agentes policiais. Por outro lado, a implantação da Corregedoria Geral da Secretaria de Segurança Pública garantiu um melhor desempenho das ações correcionais, reduzindo a impunidade de policiais envolvidos em desvio de conduta ou atividades delituosas.

Ao lado das ações de planejamento e desenvolvimento de sistemas de inteligência, o Governo do Estado investiu na construção de oito unidades operacionais de polícia, sendo duas em Salvador e as demais nos municípios de Riachão do Jacuípe, Ribeira do Pombal, Cipó, Campo Alegre de Lourdes, Formosa do Rio Preto e Rio Real. Além disso, foram realizadas reformas nos prédios da delegacia de Feira de Santana, do Complexo de Delegacias dos Barris e da Corregedoria Geral, ambos em Salvador.

Também fizemos investimentos na renovação e ampliação da frota de veículos de apoio às ações de segurança pública, com a aquisição de 64 veículos para Polícia Civil e 358 motocicletas para a Polícia Militar, a um custo total de R\$ 4,38 milhões. Ainda nessa área, demos continuidade ao Programa "Menos Presos, Mais Cidadãos", uma iniciativa inovadora, cujo objetivo é a ressocialização dos detentos, capacitando-os para a inserção em atividades profissionais. Trata-se de uma estratégia que contribui para modernizar a gestão penitenciária e aperfeiçoar o sistema penal.

Aprimorar o sistema penitenciário do Estado é um objetivo que perseguimos de forma permanente, com investimentos na ampliação e modernização da rede física. No exercício de 2003, fizemos obras de construção e ampliação de unidades prisionais, permitindo a criação de 1.320 novas vagas e aproximando-se da meta de zerar o déficit do sistema até 2007. Estamos com as obras de construção do Conjunto Penal de Juazeiro em fase final, ao tempo em que se encontram em andamento as obras de ampliação da Penitenciária Lemos Brito, do Presídio de Paulo Afonso, do Conjunto Penal de Itabuna e do Presídio de Simões Filho.

Senhores Deputados,

Embora a nossa economia tenha avançado de forma contínua nos últimos anos, o desemprego segue sendo um dos nossos maiores problemas, com repercussão direta no quadro social. Trata-se, em grande parte, de um problema estrutural agravado por uma conjuntura de crise. Diante disso, a geração de emprego e renda, uma das principais estratégias de inclusão social, tem que ser feita através de políticas estruturantes. É o que se propõe o Governo da Bahia com instrumentos como o Programa Mão à Obra, que centraliza diversas ações voltadas para a criação de postos de trabalho e orientação ao

trabalhador. No exercício de 2003, o programa Mão à Obra intermediou a colocação de 21 mil trabalhadores no mercado formal, ao tempo em que outros 27,3 mil passaram por cursos de qualificação profissional.

Outros importantes instrumentos da política de emprego são o Programa do Primeiro Emprego e o Credibahia, formatado com o objetivo de viabilizar crédito para micro e pequenas empresas com, no mínimo, seis meses de funcionamento. Operando em 18 municípios baianos, o Credibahia financiou, no exercício, 1.593 pequenos empreendimentos, aplicando recursos da ordem de R\$ 1,3 milhão.

É importante ressaltar, contudo, que parte significativa dos novos empregos ofertados no Estado resultam da política de atração de investimentos praticada pelo Governo da Bahia, que tem permitido atrair novas instalações industriais e empreendimentos no setor de comércio e serviços, dinamizando a economia estadual e viabilizando o desenvolvimento social.

Entre as ações de governo voltadas para promover a inserção social, destacamos dois programas para o desenvolvimento rural, reconhecidos nacionalmente pelos seus resultados e pela sua concepção inovadora. Refiro-me aos programas Produzir e Pró-Gavião.

O Programa Produzir II tem como objetivo o aumento da oferta de empregos, geração de renda e a melhoria das condições de vida da população em estado mais acentuado de pobreza. Abrangendo zonas rurais e sedes urbanas com até 7.500 habitantes, o Produzir II atua em diversas frentes de trabalho, que vão da infra-estrutura física e equipamentos sociais (energia elétrica e telefonia rural), ao apoio a pequenas indústrias e ao processo produtivo agrícola com ênfase na pequena irrigação e mecanização. Neste exercício, o Produzir II celebrou convênios com cerca de 1.200 associações comunitárias, aplicando recursos da ordem de R\$ 105 milhões e beneficiando 120 mil famílias de 344 municípios baianos.

Já o programa Pró-Gavião, executado em parceria com o Fundo International de Desenvolvimento Agrícola, atingiu 14.300 famílias, superando sua meta contratual. Em 2003, o programa celebrou 111 convênios, aplicando recursos de R\$ 30,2 milhões, que possibilitaram, entre outras ações, a construção de 25 barragens, 19 micro-empreendimentos, além da instalação de 1.227 sistemas de energia solar e da viabilização de crédito para 2.000 produtores. Graças a estes resultados, o Pró-Gavião foi reconhecido pelo FIDA como um dos programas com melhor desempenho em sua carteira mundial de projetos, abrindo negociações para o Pró-Gavião II.

Nessa área, também merece destaque o Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, executado pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, com ações voltadas para a assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária, além de intervenções de caráter estrutural voltadas para a redução da pobreza. Em 2003, o programa aplicou mais de R\$ 21 milhões em intervenções de infra-estrutura e na contratação de mais de 7.200 operações de crédito.

Outra importante estratégia voltada para promover a inclusão social dos trabalhadores rurais é o programa Minha Roça que, desenvolvendo ações de regularização fundiária, alcançou resultados expressivos. No período 2002-2003 o programa já mediou mais de 50 mil propriedades em áreas de reforma agrária, distribuindo mais de 38 mil títulos de posse, além de indicar 500 novas áreas para desapropriação.

Ainda na área social, tivemos a oportunidade de lançar, em 2003, programas voltados para atenuar os níveis de pobreza, especialmente na região do semi-árido, como é o caso do programa Cabra Forte, que envolve recursos da ordem de R\$ 180 milhões e apresentou resultados expressivos em apenas seis meses de operação, período em que mobilizou e selecionou cerca de 15 mil pequenos produtores rurais, perfurou ou recuperou 138 poços, construiu mais de 800 cisternas e duas barragens e iniciou a implantação de uma reserva estratégica de forragem no município de Ponto Novo.

Nessa mesma área, outra estratégia de inegável alcance social é o programa Viver Melhor Rural, idealizado com os objetivos de realizar melhorias habitacionais e promover ações voltadas para a educação, saúde, geração de renda e meio ambiente nos 100 municípios baianos com mais baixos índices de desenvolvimento humano, beneficiando diretamente 27 mil famílias de 457 comunidades rurais do Estado. Iniciado em novembro de 2003, o programa já aplicou recursos de R\$ 2 milhões, possibilitando a implantação de sete sistemas de abastecimento de água, bem como a realização de melhorias habitacionais e sanitárias domiciliares e o apoio a mais de 650 famílias através de projetos de melhoria de renda.

Senhores Deputados,

Estou convencido que, na Bahia, o modelo de inclusão social passa pelo fortalecimento das atividades agrícolas na região do semi-árido. Cumpre citar, pois estamos investindo fortemente neste setor, o trabalho desenvolvido através do Programa de Revitalização da Produção Agrícola na Região Nordeste, que tem o objetivo de incentivar a produção de grãos na região. Em 2003, através dessa estratégia, atendemos 25 municípios e 180 associações de produtores, distribuindo 185 tratores, 70 toneladas de sementes de feijão, 430 toneladas de fertilizantes e 2.150 quilos de defensivos agrícolas.

Outra iniciativa importante consiste no Projeto de Horticultura Irrigada da Bacia Sedimentar de Tucano, que contempla a criação, até o ano de 2006, de um pólo de hortaliças de três mil hectares, utilizando irrigação através de água subterrânea e cuja área de abrangência envolve os municípios de Tucano, Ribeira do Pombal, Ribeira do Amparo, Cícero Dantas, Cipó e Banzae, todos na região do semi-árido. O projeto piloto, localizado em Tucano, absorveu investimentos de R\$ 1,5 milhão, estando em implantação uma área de 150 hectares, beneficiando 100 famílias.

Temos procurado incentivar novas atividades produtivas que possam contribuir para melhorar as condições de vida e gerar emprego e renda nas áreas mais pobres do Estado. Uma delas é o estímulo à expansão da floricultura, através do programa Flores da Bahia, que já implantou pólos de produção de flores tropicais e semi-tropicais em 13 municípios baianos, tendo treinado 525 jovens e implantado 2,5 hectares de área cultivada.

Gostaria de destacar, também, o Programa Terra Fértil, destinado ao aproveitamento integral de pequenas propriedades agrícolas, na Região de Irecê, enfatizando a disponibilização de água para o desenvolvimento da agricultura irrigada em 16 municípios, atendendo uma população estimada em 306.000 habitantes. Este programa visa, também, ao fomento das atividades de caprino-ovinocultura, suinocultura, avicultura, pecuária leiteira e hortifruticultura. O programa foi lançado com o apoio do Pronaf, através das linhas de financiamento Pronaf D e Pronaf Agregar, com investimentos previstos da ordem de R\$ 170 milhões. Somente em 2003, foram oferecidos 82 cursos de capacitação, perfurados 35 poços e projetadas 20 barragens, estando em curso a construção de um Centro Profissionalizante.

Em maio de 2003, lançamos o Programa de Inclusão Social da Mineração – Prisma, outra iniciativa inovadora voltada para criar alternativas de geração de emprego e renda na região do semi-árido, através da utilização de matérias-primas minerais por artesãos e pequenos empreendedores. O programa envolve recursos de R\$ 27 milhões e já contemplou a assinatura de 43 convênios em seu primeiro ano de execução.

Paralelamente às ações de caráter estruturante, capazes de gerar emprego e renda, desenvolvemos uma gama variada de projetos de caráter assistencial voltados para atacar as consequências mais imediatas da pobreza e da exclusão social. Nesse sentido, cumpre ressaltar os programas Nossa Sopa, Mais Pão, Prato do Povo e Mais Vida, que nos permitiram avançar de forma expressiva no combate à fome e à desnutrição. O programa Nossa Sopa atendeu 77,6 mil pessoas carentes em 2003, com a distribuição de mais de 4,7 milhões de refeições, enquanto o programa Mais Pão registrou uma demanda de 116.144 sacas de farinha de trigo, ao tempo em que o projeto Prato do Povo forneceu mais de um milhão de refeições no período.

O Programa Mais Vida tem como objetivo o combate à desnutrição, através da distribuição de 12 kg de alimentos por mês a famílias com crianças de até seis anos e onze meses, nutrizes, gestantes e tuberculosos, com área de abrangência concentrada nos 50 municípios mais pobres do Estado, segundo o Índice Geral de Desenvolvimento Socioeconômico. No exercício do 2003, o Mais Vida beneficiou 19 mil famílias, tendo sua eficácia sido atestada por um índice de satisfação dos usuários de 97%.

Não poderíamos deixar de destacar, nesse âmbito, a atuação da Cesta do Povo, estratégia de inegável alcance social já consolidada há muitos anos na Bahia e que funciona como regulador de preços dos produtos da cesta básica no Estado. Em 2003, a Cesta do Povo operou com 420 lojas, instaladas em

352 municípios da Bahia, constituindo-se, ainda, em importante parceiro dos micro e pequenos produtores baianos, que têm, na rede, um mercado efetivo para os seus produtos.

Também na área social, gostaria de citar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI –, que constitui um importante instrumento de combate à exploração do trabalho infantil, na medida em que busca assegurar o ingresso e manutenção da criança na escola. Executado em parceria com as prefeituras municipais, o programa atuou em 93 municípios, concedendo 118 mil Bolsas Criança Cidadã, complementando a renda de famílias com crianças na faixa etária de 7 a 15 anos que, antes, se dedicavam ao trabalho ao invés do estudo. Além dessa ação, o PETI desenvolve atividades extra-curriculares, ampliando a jornada escolar com atividades sócio-educativas e culturais.

Senhores Deputados,

Na área econômica, buscamos desconcentrar e expandir a economia do Estado, de modo a que possamos produzir riquezas e criar as condições para distribuir de forma justa os resultados do crescimento, promovendo a inclusão social de significativa parcela da população. Para isso, é preciso, primeiro, trabalhar no sentido de adensar as principais cadeias produtivas, promover a desconcentração das oportunidades de negócios, fortalecer os setores que tradicionalmente têm exercido maior peso na economia estadual e possibilitar um ritmo de crescimento estável do nosso Produto Interno Bruto.

Não posso deixar de destacar, como aspecto importante do desempenho da economia baiana no exercício de 2003, a performance obtida pelo Estado no que diz respeito à sua balança comercial, onde as nossas exportações registraram um crescimento de 35% em relação a 2002. Esse comportamento evidencia o grau elevado de inserção da Bahia no comércio internacional, com mercadorias de maior valor agregado, com uma maior amplitude de parceiros e com um peso significativamente maior de bens de consumo final, além do bom desempenho dos produtos vinculados ao agronegócio.

Esses resultados no comércio exterior nos tranquilizam quanto ao acerto da política de desenvolvimento econômico que temos procurado imprimir ao Estado, baseada na desconcentração industrial, na interiorização das atividades produtivas e em uma consistente estratégia de atração de negócios e investimentos, que tem resultado em uma economia dinâmica e capaz de gerar emprego e renda para a população.

Nesse sentido, mantivemos, no ano passado, o perfil agressivo da política de desenvolvimento da infra-estrutura industrial e atração de novos investimentos, postura que a Bahia vem praticando por mais de uma década, com excelentes resultados. Nossa política de incentivos atraiu, em 2003, 144 empresas pertencentes a diversos setores econômicos, que assinaram protocolos de intenções representando investimentos privados da ordem de R\$ 3,4 bilhões, com perspectiva de geração de 26.507 empregos diretos. No que se

refere às 53 empresas de diversos segmentos em fase de implantação no Estado, estão sendo investidos recursos de R\$ 264 milhões, que envolvem a criação de cerca de 11 mil postos de trabalho.

Exemplos dessa política são a Bahia Sul Celulose, no município de Mucuri, e o projeto da Veracel Celulose, em Eunápolis. A primeira está investindo R\$ 242 milhões na ampliação de sua unidade industrial, gerando 1.145 novos empregos e ampliando a sua capacidade de produção de celulose para 1,4 milhão de toneladas por ano e 273 mil toneladas anuais de papel. Já a Veracel, com investimento estimado de US\$ 1,25 bilhão, irá gerar cerca de 2.000 empregos diretos e 8.000 indiretos, devendo se constituir no maior complexo produtor da América do Sul em celulose branqueada de fibra curta, com capacidade de produção de 900 mil toneladas anuais e geração de divisas da ordem de US\$ 500 milhões por ano.

Outro exemplo a que não poderíamos deixar de nos referir é o complexo automotivo da Ford, em Camaçari, cuja implantação foi decisiva no processo de transformação da matriz industrial do Estado. Hoje a Ford opera no limite de sua capacidade, com produção média mensal de 22 mil veículos e exibindo uma curva ascendente nesse aspecto. A empresa não apenas vem superando suas estimativas de produção física como está ampliando seu plano de inserção no mercado internacional, exportando, para países como México, Argentina, Venezuela, Chile e Equador, algo em torno de 35% de sua produção, gerando 5.334 empregos diretos no Estado.

Esse esforço de densificação da base produtiva de nossa economia ganhou, em 2003, uma nova perspectiva, com a manifestação pública de mais investimentos na indústria automobilística, logística industrial e transformação plástica.

Esse processo reveste-se de um aspecto extremamente positivo do ponto de vista da geração de emprego e renda, uma vez que boa parte das novas plantas industriais que o Estado tem conseguido atrair, constitui-se de empreendimentos intensivos em mão-de-obra e, portanto, com potencial para criar um maior número de postos de trabalho, sobretudo no interior do Estado. Um exemplo é o setor calçadista, que já é responsável por mais de 60% dos novos empregos criados no segmento industrial, contando com 49 fábricas em operação, em 31 municípios do Estado. Entre empresas em operação e em implantação, o numero de empregos gerados atinge cerca de 30.000 pessoas.

O turismo é outra atividade econômica à qual temos dedicado atenção prioritária. Os números do exercício de 2003 deixam clara a importância desse setor para a economia do Estado que, nesse ano, recebeu quatro milhões de turistas nacionais e estrangeiros, representando um acréscimo de 4% e gerando uma receita total superior a US\$ 800 milhões, o que corresponde a um impacto considerável no PIB estadual.

Com o objetivo de ampliar o fluxo turístico, aumentamos o numero de vôos, de modo que a Bahia recebe, semanalmente, sete vôos internacionais de

Lisboa e quatro de Madri, além de 18 vôos charter ligando Salvador e Porto Seguro a destinos como Milão, Amsterdã, Santiago e Frankfurt.

Para fortalecer o setor, o Governo da Bahia, através do Prodetur, vem investindo em obras de infra-estrutura em locais de interesse turístico como Trancoso, Ilhéus e Itacaré, além de ações de caráter ambiental, como a recuperação do Manguezal da Praia de Pratigi, em Ituberá. Em consequência, os investimentos não param de crescer. O grupo espanhol Iberostar assinou protocolo de intenção, em 2003, para a implantação de um empreendimento em Praia do Forte, com investimento previsto de US\$ 300 milhões em duas etapas, na implantação de quatro hotéis padrão cinco estrelas. Merecem destaque, também, a recente inauguração de um resort em Maraú e os projetos do Resort Vila Galé, em Guarajuba, e do Complexo Hoteleiro Reta Atlântico, em Imbassaí, cuja implantação deverá se dar em 2004.

Senhores Deputados,

A produção de alimentos é um setor ao qual o Governo da Bahia tem dedicado especial atenção, principalmente no sentido de modernizar e conferir maior competitividade à nossa agropecuária. Tivemos resultados alentadores na agricultura, em 2003, quando o valor bruto da nossa produção cresceu 32% a preços reais, passando de R\$ 9,7 bilhões, em 2002, para os R\$ 12,9 bilhões registrados no exercício passado. A safra recorde de grãos, de 3,8 milhões de toneladas, correspondeu a um incremento de 26,5% em relação a 2002, ao tempo em que as exportações de frutas cresceram 77%, as de cacau tiveram um incremento de 73% e as de soja variaram positivamente em 46%.

Temos buscado estimular a diversificação da atividade agrícola, como meio de potencializar vocações regionais e criar novos pólos de produção. Assim, temos hoje na Chapada Diamantina, um pólo consolidado de horticultura, agora ampliado com o cultivo de alho e de flores. Da mesma forma, temos estimulado a expansão da horticultura, da fruticultura e do plantio de mandioca no Extremo Sul do Estado, bem como da citricultura e das culturas do caju e do coco-da-bahia nas regiões Nordeste e no Litoral Norte.

Políticas de incentivo associadas a avanços tecnológicos alcançados em algumas lavouras têm proporcionado resultados bastante positivos nos últimos anos. Um exemplo disso é o empenho na renegociação das dívidas dos produtores e a produção e comercialização, no ano passado, de 2,6 milhões de mudas de cacau clonado, pela Biofábrica.

O exercício de 2003 marcou, também, a consolidação da cultura do algodão no Oeste, onde a maior produtividade e o expressivo crescimento da área plantada viabilizaram o incremento da produção, que alcançou 258 mil toneladas e registrou um acréscimo de 43,5% em relação à safra passada.

Outro exemplo é a produção de café irrigado no Oeste do Estado, que superou 50 sacas por hectare. O sorgo também registrou uma vertiginosa expansão, vendo sua produção crescer de 34 mil toneladas, em 2002, para 69

mil toneladas no exercício passado. Já a soja, mesmo com os efeitos daninhos da “ferrugem asiática”, teve uma safra de 1,55 milhão de toneladas, o que representa um incremento da ordem de 6,25% em relação ao exercício de 2002.

A fruticultura é outro setor que vem crescendo de forma significativa, com uma área plantada de 263,3 mil hectares e uma produção de 3,7 milhões de toneladas de frutas na última safra. A importância da fruticultura baiana pode ser aferida pela sua participação nas exportações nacionais. De fato, do total de frutas frescas atualmente exportadas pelo país, cerca de um quinto é proveniente do estado da Bahia, principalmente da região do São Francisco.

Na pecuária, além de novas estratégias voltadas para o fomento à criação de caprinos e ovinos, como o programa Cabra Forte, temos dado continuidade às políticas de defesa animal e à adequação dos matadouros às mais avançadas normas e padrões sanitários. Em 2003, a Bahia confirmou sua condição de Zona Livre da Febre Aftosa e Área Livre da Peste Suína Clássica, tendo registrado um índice de cobertura vacinal de 93%, superior ao recomendado pela Organização Mundial de Saúde Animal.

Outro aspecto de importância significativa na pauta dos produtos de origem animal é a crescente produção de frango, que registrou 158 mil toneladas em 2003 e vem contribuindo para diminuir o déficit da demanda estadual nessa área, em função de novos projetos no Recôncavo e no Oeste.

Senhores Deputados,

Os investimentos em infra-estrutura são de grande importância para o desenvolvimento que almejamos para a economia baiana. Nesse sentido, o setor de transportes assume uma dimensão especial, sendo de caráter imprescindível e urgente melhorar o estado de conservação da malha rodoviária federal, cujo péssimo quadro é evidenciado no fato de que rodovias como a BR-101, a BR-116, a BR-324 e a BR-242 situam-se entre as mais deficientes do país. Esta situação precária da malha rodoviária federal tem imediata repercussão nas estradas estaduais, desde quando os veículos são deslocados para as opções mais favoráveis, mesmo que utilizando-se de rodovias não dimensionadas para o tráfego de carga pesada.

No exercício de 2003, utilizando apenas recursos do governo e financiamento do BID, tivemos condições de concluir obras fundamentais para a expansão e modernização rodoviária. Há que se referir à recuperação do trecho Feira de Santana/Ipirá na Estrada do Feijão, o trecho Itapetinga/Itororó da BA-263, a ligação Planaltino/Maracás e Entroncamento de Jaguaquara/Maracás, em fase de conclusão, a ligação Amargosa/Mutuípe e a ligação Poços/Tiquara, em Campo Formoso. Demos continuidade à ligação Apuarema/Gandu, São Roque/Maragogipe e Itapetinga/Caatiba. Iniciamos a pavimentação do trecho Medeiros Neto/Vereda, Nova Ibiá/Entroncamento Ba-120 e Barra do Choça/Lucaia. Em 2004 daremos prosseguimento à recuperação de trechos críticos

da Estrada do Feijão e de Maracás/Contendas do Sincorá/Tanhaçu, todas rodovias de grande importância para o desenvolvimento do Estado.

Assim, conferimos prioridade à execução de obras em regiões estratégicas para a economia do Estado e investimos recursos da ordem de R\$ 93,2 milhões em implantação, pavimentação, reabilitação, restauração e melhoramento de rodovias. Têm proeminência as intervenções na Estrada BR-324/São Domingos/Valente, na BA-160 (Ibotirama/Bom Jesus da Lapa), na ligação Altamira/Conde, na BA-172 (Javi/Serra Dourada) e na ligação Olindina/Itapicuru.

Quero destacar, aqui, o Programa de Manutenção e Conservação de Rodovias, executado pelo DERBA e que envolve ações corretivas na malha rodoviária estadual em trechos de tráfego intenso e circulação de veículos pesados. Nesse trabalho, investimos recursos de R\$ 38,9 milhões do Tesouro Estadual, com destaque para as ações desenvolvidas no Oeste do Estado, que beneficiaram grandemente as áreas de produção de leite e café.

Concluímos, em 2003, o Plano Estadual de Logística de Transportes da Bahia, que implicou a elaboração de um amplo diagnóstico, identificando gargalos e lacunas da malha viária e estabelecendo as intervenções necessárias à solução desses problemas. Traduzidas em um programa de investimentos para um horizonte de 20 anos, que contempla a execução de 137 projetos.

Quero frisar a prioridade que temos dedicado à viabilização da Hidrovia do São Francisco, importante vetor de dinamização dos segmentos de fruticultura irrigada e produção de grãos no Estado. Nesse sentido, cumpre ressaltar a elaboração do Plano Piloto de Revitalização do Rio São Francisco, no trecho Ibotirama-Juazeiro, além do uso de cartas náuticas digitalizadas produzidas por uma embarcação especializada, as quais permitirão a correção periódica da navegação, particularmente na época de estiagem, quando a profundidade do rio diminui.

O Governo da Bahia tem dedicado também atenção à expansão e modernização da infra-estrutura energética, onde cabe destacar a continuidade das ações do Programa Luz no Campo, cuja meta final é levar energia a 133 mil propriedades, beneficiando 667 mil baianos. Desde seu início, esse programa já realizou 4.191 obras, das quais 770 somente em 2003, concluindo a ligação de quase 21 mil domicílios, com investimentos de R\$ 58 milhões, que beneficiaram mais de 100 mil pessoas.

Além das ações do programa "Luz no Campo", demos continuidade, em 2003, a projetos de alcance social, concluindo um total de 266 obras de eletrificação em áreas urbanas de baixa renda, beneficiando diversos municípios baianos e atendendo mais de 7,5 mil domicílios, com investimentos da ordem de R\$ 10 milhões.

Destaco também a assinatura do termo de compromisso com o Governo Federal, para implementação do Programa "Luz para Todos", que tem por objetivo antecipar a universalização do atendimento rural de 2013 para 2008, sendo que o Estado já alocou, no orçamento de 2004, recursos da ordem de R\$ 30 milhões para assegurar sua contrapartida no Programa.

Pode-se salientar, ainda, a construção da Usina Hidrelétrica de Itapebi, empreendimento de R\$ 650 milhões da Coelba, as novas linhas de suprimento para o Complexo Turístico Terra Vista, em Porto Seguro, além da conclusão das obras de infra-estrutura energética para o Projeto de Irrigação de Ponto Novo, com investimentos de R\$ 4,6 milhões.

Quero reafirmar aqui, para os Senhores Deputados e para a sociedade baiana, que não buscamos o desenvolvimento a qualquer custo. A utilização racional e sustentada dos recursos do Estado na promoção do desenvolvimento é uma prioridade permanente do Governo da Bahia. Não podemos crescer sacrificando os nossos recursos naturais, que são recursos finitos, sob pena de pagarmos, no futuro, um preço muito elevado. Este foi o motivo pelo qual criamos, em 2003, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, buscando tornar mais eficaz a formulação e execução da nossa política ambiental e garantir uma efetiva estratégia de desenvolvimento sustentável.

Intensificamos, no exercício de 2003, o processo de gestão das Áreas de Proteção Ambiental, tendo concluído as ações voltadas para a criação das APAs da Plataforma Continental do Litoral Norte e dos Caminhos Ecológicos da Boa Esperança. Por outro lado, implementamos os Conselhos Gestores das APAs do Pratigi e de Pedra do Cavalo, concluímos o diagnóstico ambiental da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, promovemos a ampliação das APAs da Costa de Itacaré, Serra Grande e Lagoa Encantada e adequamos os projetos de implantação das APAs de Coroa Vermelha e Caraíva/Trancoso para o programa Prodetur II.

Outra área na qual o Governo da Bahia tem procurado concentrar esforços é o desenvolvimento científico e tecnológico, de repercussão direta sobre toda a estrutura produtiva e social do Estado. A Bahia, para crescer e promover a justiça social, não pode abrir mão dos modernos recursos disponibilizados pela ciência e pela tecnologia. Por isso, temos buscado praticar uma política voltada para o fortalecimento da base científica e para a atualização tecnológica do Estado, através do incentivo às atividades de pesquisa, com o objetivo de sustentar em bases sólidas o processo de desenvolvimento econômico e o crescimento do setor produtivo do Estado.

Em 2003, o Programa de Bolsas de Estudos, através do lançamento de edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, originou uma demanda de 1.124 pedidos. Das 538 bolsas ofertadas pelo Programa, foram concedidas 517, em diversas modalidades, totalizando um investimento de R\$ 3,7 milhões.

Outra iniciativa pioneira em termos de políticas públicas para o fortalecimento tecnológico é o programa Arranjos Produtivos, concebido como uma alternativa para a promoção do desenvolvimento em diferentes regiões do Estado, com ênfase no papel da ciência e da tecnologia como instrumentos cruciais para inserção produtiva do interior baiano no mundo moderno.

Senhores Deputados,

A despeito de uma conjuntura nacional de crise, é lícito afirmar que a Bahia apresentou um balanço positivo no exercício de 2003, primeiro ano desta minha segunda gestão à frente dos destinos do Estado. Isso é fruto, não tenho qualquer dúvida, do alto grau de comprometimento de todo o corpo gerencial do Estado com as metas estabelecidas para este Governo. Foram introduzidas inovações no arranjo institucional que têm garantido suficiente agilidade na condução dos negócios públicos e permitido a criação de novos programas em áreas decisivas.

Uma iniciativa de importância decisiva no âmbito do processo de modernização administrativa da Bahia foi a entrada em vigor da nova estrutura de cargos e remuneração, que moderniza e torna mais racional a política de recursos humanos do Estado, mediante a introdução de dispositivos como a incorporação de percentuais e parcelas de gratificação, o modelo de competência e a remuneração variável, além da reestruturação de cargos, contemplando os 175 mil servidores em atividade no Executivo.

A absoluta transparéncia das ações de governo é um princípio do qual não se pode apartar os que exercem o poder público. A sociedade civil deve estar permanentemente informada dos fatos da administração e tem o direito de, sobre eles, exercer fiscalização e cobrança. Atentos a isso, criamos um órgão de Ouvidoria inspirado nas melhores práticas internacionais, dotado de modelo operacional e tecnológico inovador, que permitirá a qualquer cidadão sugerir, reclamar ou denunciar quaisquer assuntos referentes ao serviço público, contribuindo para aperfeiçoá-lo ainda mais.

Na busca do aprimoramento da ação administrativa, julgo importante destacar a continuidade do Projeto de Modernização e Racionalização da Administração Tributária e Financeira, que entrou em seu sexto ano de execução com importantes ações implementadas e outras em curso, nas áreas de tecnologia da informação e capacitação e desenvolvimento de novos sistemas de administração financeira, enfatizando a gestão e apropriação dos gastos e custos públicos.

Do ponto de vista da prestação dos serviços públicos, já se tornou rotina destacar o trabalho desenvolvido pelo SAC, já consolidado entre os baianos como um modelo de excelência na área de atendimento ao cidadão, graças à centralização dos serviços, ao fácil acesso, à agilidade e qualidade com que é executado o trabalho. Temos atuado no sentido de modernizá-lo ainda mais, buscando introduzir inovações que otimizem os serviços. No exercício de 2003, o SAC realizou mais de 11,3 milhões de atendimentos, nos seus 22 postos espalhados pelas diversas regiões do Estado. O modelo do SAC, nunca é demais repetir, continua sendo alvo das atenções no Brasil e fora dele. Em 2003, recebemos delegações de sete países em busca de transferência da nossa tecnologia de atendimento ao cidadão.

Na linha da modernização da gestão administrativa, buscamos criar novos dispositivos legais para regulamentar os procedimentos de seleção e qualificação

de Organizações Sociais, bem como incorporar novos modelos de gestão, através do Programa Gestão Bahia. Destaco, também, o Programa de Desburocratização do Estado da Bahia, que definiu um novo modelo de gestão para os recursos humanos, com a preparação de novos concursos para carreiras de Estado, além de buscar promover a eficiência da máquina pública através do Governo Eletrônico, que constitui uma ferramenta moderna e inovadora de administração pública.

Temos procurado utilizar crescentemente os recursos que nos disponibiliza a moderna tecnologia de informação. Um bem sucedido exemplo nessa área é o Comprasnet que, somente no exercício de 2003, registrou 10.400 cotações eletrônicas, além da nova modalidade de licitação pública, o pregão, que tem proporcionado ao Estado uma economia média da ordem de 25% nas compras e contratações efetivadas pelo Governo. Inovamos, ainda, nas ações de controle do patrimônio imobiliário do Estado e consolidamos o Programa de Qualidade das Obras Públicas da Bahia – Qualiop, que tem o objetivo de certificar as empresas contratadas para a execução de obras e projetos para o Governo, de modo a garantir ao contribuinte a qualidade desses serviços.

Senhores Deputados,

É preciso tecer, ainda, algumas considerações sobre temas de âmbito nacional, que afetam diretamente a situação financeira do Estado da Bahia, entre eles a reforma tributária, que engloba a questão do compartilhamento da Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico, assim como a discussão sobre a nova configuração dos órgãos de desenvolvimento regional e os fundos regionais de fomento.

A divisão dos recursos da CIDE, certamente permitirá minimizar os efeitos negativos da postura adotada nos últimos anos pelo Governo Federal, ao elevar a arrecadação tributária sem, no entanto, reparti-la com os estados. Apenas para ilustrar os resultados dessa política, cabe lembrar que, entre 1988 e 2002, a participação das receitas não compartilhadas, em termos do PIB, cresceu 4,56%, enquanto que as receitas compartilhadas cresceram apenas 1,37%, o que representa uma realidade inaceitável.

Um outro tema, objeto de discussões por parte dos Estados, foi a necessidade de definição de uma política de desenvolvimento regional. Iniciou-se, em 2003, a discussão para a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional, que contribuirá para carrear recursos para a Bahia em torno de R\$ 200 milhões para investimentos em infra-estrutura. Urge, agora, apressar a tramitação deste projeto na Câmara, para que possamos, ainda em 2004, dispor de meios tão importantes para o financiamento de nossos programas de desenvolvimento.

É preciso, por outro lado, imprimir urgência à aprovação dos contratos do Programa de Desenvolvimento do Turismo, Prodetur, pois suas pendências já estão solucionadas, não havendo mais justificativa para a lentidão em sua assinatura. Necessitamos, também, da imediata liberação das verbas do Fundo de

Amparo ao Trabalhador, imprescindíveis para nossas políticas de treinamento e reinserção profissional e, também, que se acelerem os processos para a aprovação dos recursos do Pró-Moradia e do Pró-Sanear, fundamentais para obras de saneamento e habitação no Estado.

Além dessas iniciativas, insistimos na necessidade de construção de uma política integrada de desenvolvimento regional que minimize os gargalos estruturais das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, com o objetivo de aproximar-las dos níveis de desenvolvimento alcançados pelas demais regiões, reduzindo assim as disparidades de renda no país. Para tanto, torna-se imprescindível a existência de órgãos autônomos, que atuem na defesa de suas políticas de desenvolvimento, a exemplo da Sudene, cujo Projeto de Lei de criação encontra-se no Congresso.

Estou certo de que, no ano de 2004, deveremos empreender uma discussão ainda mais ampla acerca do futuro desenho dessa política regional, no sentido de atender aos anseios dos Estados, principalmente os nordestinos, de modo a permitir a consolidação de mecanismos que garantam, de forma eficiente, o desenvolvimento sustentado do país, eliminando indesejáveis diferenciais de renda e níveis de vida entre as unidades da Federação.

Senhores Deputados,

Não poderia encerrar estas palavras, sem fazer uma menção especial à Prefeitura de Salvador, conduzida pelo eminentíssimo prefeito Antônio Imbassahy, destacando o apoio do Governo para a implementação de diversos projetos e investimentos na Capital, os quais representaram, no último exercício, R\$ 152 milhões. Temos mantido com a Prefeitura uma parceria extremamente positiva, que resultou na consecução de projetos importantes como a recuperação de Novos Alagados, a implantação do Metrô de Salvador, a reforma do Campo Grande e a revitalização do Centro Histórico e, sobretudo, as intervenções do Programa Viver Melhor, que estão mudando a face das áreas mais carentes da cidade.

Quero, também, prestar meus mais sinceros agradecimentos à Assembléia Legislativa da Bahia, através dos Senhores Deputados e do nobre Presidente, pela colaboração que nunca faltou e que muito contribuiu para a viabilização do projeto político-administrativo do meu governo. De fato, temos tido com o Poder Legislativo uma relação harmônica e proveitosa, sempre na defesa dos interesses do Estado.

Da mesma forma temos nos relacionado com o Poder Judiciário, sempre procurando contribuir, no que nos é possível, para consolidar na Bahia uma justiça ágil, imparcial e eficiente, a serviço efetivo da sociedade baiana. Nesse sentido, agradeço ao ex-presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Carlos Alberto Dultra Cintra, pela relação sempre cordial e equilibrada com o Executivo, ao tempo em que desejo ao seu sucessor, Desembargador Gilberto Caribé, pleno êxito nas suas novas atribuições.

Ao encerrar estas palavras, não poderia me furtar de dizer que a Bahia, a despeito das dificuldades enfrentadas em 2003, logrou dar continuidade à sua trajetória de crescimento e modernização, avançando cada vez mais no seu propósito de construir uma sociedade próspera e justa. Quero aqui reafirmar meu compromisso com os baianos de fazer do enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais e da busca do desenvolvimento humano, o foco principal da minha administração. Prosseguiremos, incansavelmente, o fortalecimento da economia do Estado, a expansão e diversificação da sua base produtiva industrial, agrícola e de serviços, a geração de emprego e renda para os baianos. Tudo isso, contudo, dirige-se a um objetivo maior, que é promover a justa distribuição das riquezas geradas, de modo a proporcionar um efetivo incremento da qualidade de vida da população.

Para levar à frente tarefa de tal envergadura, uma vez mais conclamamos a sociedade baiana e sua representação política no sentido de auxiliar o Governo do Estado no processo de efetivação dessas diretrizes de ação, contribuindo através da crítica construtiva e da permanente vigilância democrática para que se possa, com muita dedicação e esforço, transformar em realidade a frase que melhor traduz nossas intenções: “Bahia, o futuro a gente faz”.

Muito Obrigado.